

mentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte :

1 chefe da secretaria	4.800\$00
1 cartorário fiscal	4.200\$00
1 escriptorário	1.800\$00
1 clínico (serviço gratuito).	
1 gerente técnico farmacêutico	4.800\$00
1 ajudante de farmacêutico	3.000\$00
1 criado para a farmácia	1.200\$00
1 enfermeiro	960\$00
1 enfermeira	960\$00
1 cozinheira	840\$00
1 porteiro	1.200\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1933.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA— *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 22:654

Tendo-se reconhecido não dever aplicar-se o disposto no artigo 12.º do decreto-lei n.º 21:426, de 30 de Junho de 1932, às verbas descritas no orçamento do Ministério do Interior para o actual ano económico no n.º 2) do artigo 47.º, nas alíneas a) e b) do n.º 1) do artigo 49.º, na alínea a) do n.º 2) do artigo 50.º, nos n.ºs 1) e 2) do artigo 51.º, no n.º 3) do artigo 53.º e no n.º 2) do artigo 55.º, em virtude de terem aumentado as despesas em conta dessas verbas com a concessão de trabalho aos gráficos desempregados;

Com fundamento no § 3.º do artigo 12.º do citado decreto n.º 21:426;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Fica a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a satisfazer em conta das verbas abaixo mencionadas do orçamento do Ministério do Interior decretado para o ano económico de 1932-1933 as importâncias que lhe forem requisitadas até a totalidade dessas verbas:

CAPÍTULO 3.º

Administração Política e Civil

Imprensa Nacional de Lisboa

Despesas com o pessoal:

Artigo 47.º — Remunerações accidentais:

- 2) Remunerações de horas extraordinárias ao pessoal das oficinas. 1:450.000\$00

Despesas com o material:

Artigo 49.º — Aquisições de utilização permanente:

- 1) Aquisição de móveis:
- a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios (incluindo despesas de colocação). 200.000\$00
- b) Mobiliário 5.000\$00

Artigo 50.º — Despesas de conservação e aproveitamento de material:

- 2) De móveis:
- a) Conservação de máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios e do material de incêndios 30.000\$00

Artigo 51.º — Material de consumo corrente:

- 1) Papel, combustível, madeiras, ferragens, tintas, óleos, gasolina, chumbo, estanho, antimónio, zinco, latão, material eléctrico e outros materiais e artigos 2:600.000\$00
- 2) Expediente, assinaturas de publicações, pequenas reparações, despachos a luaneiros (incluindo fretes de mercadorias, seguros, etc.), despesas miúdas e imprevistas. 115.000\$00

Pagamento de serviços:

Artigo 53.º — Despesas de comunicações:

- 3) Transportes 9.000\$00

Artigo 55.º — Diversos serviços:

- 2) Fôrça motriz 18.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1933.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA— *António de Oliveira Salazar — Albino Soares Pinto dos Reis Júnior — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 22:655

Com fundamento no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º do Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Do artigo 24.º, n.º 1) «Outras despesas com o pessoal», do capítulo 4.º do orçamento do Ministério da Justiça e dos Cultos para o actual ano económico, a satisfazer pelas receitas do cofre do Conselho Superior Judiciário, é transferida a importância de 3.500\$ para o artigo 23.º «Remunerações accidentais» dos mesmos capítulo e classe.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1933.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA— *Manuel Rodrigues Júnior — António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Portaria n.º 7:599

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que sejam